



Aprovado acordo que amplia comércio marítimo com EUA

Às vésperas da visita de Barack Obama ao Brasil, a partir de amanhã, o Senado aprovou na Comissão de Relações Exteriores e em seguida no Plenário acordo de cooperação entre portos brasileiros e norte-americanos



Após acordo de líderes, Plenário do Senado rejeitou ontem, por falta de tempo hábil para apreciação, medida provisória que liberou crédito extraordinário ao MEC

Projeto de decreto legislativo aprovado ontem pelo Senado ratifica acordo sobre transporte marítimo assinado em 2005 entre o Brasil e os Estados Unidos. O acordo tem por objetivo ampliar o volume de cargas exportadas para os EUA, além de aumentar a competitividade desse comércio para os transportadores dos dois países. Pela manhã, a CRE havia aprovado o parecer da senadora Gleisi Hoffmann favorável à proposta. **5**

Ministra defende investigação sobre desaparecidos

Maria do Rosário pediu apoio à criação da Comissão da Verdade, destinada a investigar crimes cometidos durante a ditadura militar. **8**

Na CDH, ao lado de Paim, Maria do Rosário diz que apuração é uma dívida que o país tem com as famílias

José Cruz/Senado Federal



Sem poder discutir, Senado rejeita medida provisória **2**

Sarney deve apresentar hoje PEC das MPs **2**

SUS terá comitês contra mortalidade materna **2**

CI define pauta de discussões sobre energia nuclear **4**

ANA: projeto coloca em risco gestão da água no país **7**

Comissão aprova fim da reeleição e mandato mais longo

A Comissão de Reforma Política decidiu propor, no anteprojeto que elabora, a manutenção do voto obrigatório e o fim da reeleição, com mandato de cinco anos para prefeitos, governadores e presidente. **3**

Itamar Franco (entre Ana Amélia e Pedro Taques) e Demóstenes Torres (D) defenderam o voto facultativo, mas foram vencidos



Genaldio Marques/Senado Federal

Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal



Medida liberando crédito extra para a educação já produziu seu efeito, mas foi rejeitada pelo Plenário

Senado rejeita mais uma MP para explicitar falta de prazo

Acordo entre líderes viabilizou rejeição de medida provisória devido à falta de tempo hábil para apreciação e deliberação, apesar de os senadores concordarem com o mérito

ACORDO ENTRE LÍDERES do governo e da oposição viabilizou a rejeição da Medida Provisória (MP) 508/10, que liberou crédito extraordinário de R\$ 968,1 milhões para o Ministério da Educação. Mesmo favoráveis ao mérito, os senadores derrubaram a MP em virtude da falta de tempo hábil para apreciação e deliberação, já que a matéria chegou ao Senado na quarta-feira e já expira no domingo.

Na prática, a medida já produziu seu objetivo: financiar, até o final do ano, os programas nacionais de Alimentação Escolar (Pnae) e de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). O Congresso, agora, editará decreto legislativo regulamentando os atos já consolidados pelos efeitos da MP.

Na última terça-feira, mesmo aprovando a MP 507/10 – que disciplinava sanções a funcionários públicos que quebrarem sigilo fiscal de contribuintes –, os senadores acataram emenda que suprimia um artigo. Com a alteração, a medida teve que retornar à Câmara e caiu, pois vence no dia seguinte.

Líder do PSDB, Alvaro Dias (PR) lembrou que há dois anos foi firmado entendimento para que o Senado só votasse uma MP duas sessões após a leitura pela Mesa. O líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) apoiou a posição do Plenário em explicitar publicamente a necessidade de alterar a tramitação das MPs.

Walter Pinheiro (PT-BA) reforçou a posição do presidente do Senado, José Sarney, pela

elaboração de uma proposta de emenda à Constituição que permita à Casa dispor de tempo suficiente para apreciar as MPs. Sarney antecipou que um dos itens da PEC é a divisão dos prazos: as MPs passarão a ser analisadas preliminarmente pelas comissões permanentes.

Já o líder do PPS, Itamar Franco (MG), classificou como inócua a rejeição da MP 508 e opinou que o acordo não foi bom para a oposição. José Agripino (DEM-RN) defendeu a apreciação prévia de toda MP pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara ou do Senado. Caso a CCJ não verifique obediência aos critérios de urgência, relevância e constitucionalidade, a MP será devolvida mesmo antes de produzir efeitos.

Acordo deve definir prioridades

O presidente do Senado, José Sarney, disse que tentará um acordo com as lideranças partidárias para a escolha de projetos prioritários a serem examinados pelo Plenário.

– Estamos em dia. Nós estamos justamente tentando agora ver se escolhemos com as lideranças os projetos que sejam prioritários – disse Sarney. Para ele, devem ter prioridade projetos cuja discussão já esteja amadurecida e que sejam de interesse da sociedade.

– Vamos ver se as comissões mandam [ao Plenário] até mesmo em regime de urgência para que possamos votar.

Será apresentada hoje a PEC que muda rito de tramitação

José Sarney deve apresentar hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica o rito das medidas provisórias. Até o momento, 40 senadores já apoiaram a PEC e outros demonstraram interesse em assiná-la.

Segundo a PEC, do prazo de 120 dias de tramitação das MPs, caberão 55 para cada uma das Casas, Senado e Câmara. Outros dez seriam destinados à avaliação, pela Câmara, de emendas eventualmente apresentadas pelo Senado. Não

será permitido à Câmara apresentar emendas nesse retorno. O projeto diz que, se Câmara e Senado, cada qual sucessivamente, após 45 dias, não avaliarem a matéria, ela entrará em regime de urgência e sobrestará as deliberações. Hoje, a MP tranca a pauta após 45 dias em vigor, prazo que, quando se esgota na Câmara, faz a medida já chegar ao Senado trancando a pauta.

A PEC também estabelece 120 dias de validade para MP, em vez dos atuais 60 prorrogáveis por mais 60.

MP tranca a pauta e chega ao Senado com prazo vencido

Chegou ontem ao Senado projeto de lei de conversão (PLV 5/11) – originalmente Medida Provisória 509/10 – que prorroga para 30 de setembro de 2012 o prazo para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contratar franquias de seus serviços por meio de licitação. O prazo original para contratação de franquias pelos Correios vence em novembro de 2010.

Com a alteração feita na Câmara, os contratos ainda não substituídos serão prorrogados até a nova data. Atualmente

existem cerca de 1,4 mil franquias dos Correios, que empregam em torno de 20 mil funcionários.

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou em Plenário que o PLV já chegou com prazo vencido, tendo sido necessária sua prorrogação. O fato ocorre em um momento em que o processo de tramitação das MPs vem sendo questionado no Senado. José Sarney irá apresentar proposta para mudar o rito, para a qual está colhendo assinatura dos parlamentares.

Aprovados comitês do SUS para reduzir mortalidade materna

O Plenário aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 100/07) que determina a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Por ter sofrido modificações, a matéria volta para a Câmara.

Os comitês deverão investigar e identificar as causas da morte de mulheres em idade fértil, além de apurar as responsabilidades técnicas ou administrativas por esses óbitos.

Apresentado pelas deputadas Ana Corso e Iara Bernardi, o projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo então senador Mão Santa (PSC-PI). Pelo texto do relator, a morte materna, para os efeitos da lei em que o projeto for transfor-

mado, é a que ocorre durante a gestação ou até 40 dias após seu término, independentemente da duração ou da localização da gravidez.

Para ser considerada morte materna, a causa do óbito deverá estar relacionada com qualquer problema ocorrido durante a gravidez ou agravado por ela. Os comitês deverão também sugerir medidas para sanar erros identificados, em consonância com os gestores e autoridades sanitárias.

Entre outras atribuições desses comitês, destaca-se a promoção de atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher. Os comitês deverão ser compostos por representantes do SUS.



Dezenas de intervenções cirúrgicas devem ser realizadas, segundo Gilvam

Gilvam Borges elogia mutirão de cirurgia reparadora

Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBPC) pela realização de um mutirão de cirurgias plásticas para mulheres de baixa renda com histórico médico de mastectomia. O mutirão ocorrerá em 30 de março, no Distrito Federal, e os médicos voluntários realizarão dezenas de cirurgias reparadoras ou reconstrutivas.

Na opinião do senador, o mutirão de cirurgias é uma “experiência das mais valiosas, sensíveis e humanas de que se tem notícia nos últimos tempos no que se refere à saúde da mulher”.

Participam da organização do mutirão, segundo o senador, o Departamento de Assistência Social da SBPC, agentes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o Hospital das Forças Armadas, o Hospital da Universidade de Brasília, hospitais privados e cirurgiões plásticos de todo o país.

Seminário sobre saúde encerra inscrições hoje

Terminam hoje as inscrições para o *Seminário de Direito Legislativo – o direito à saúde na produção legislativa*, que o Senado realiza, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), nos dias 22 e 23 de março. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da Fiocruz Brasília (<http://migre.me/448i0>).

O evento vai discutir a produção de normas para a área da saúde. Participam do evento professores, especialistas e parlamentares, como os senadores Humberto Costa (PT-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Duas conferências fazem parte da programação: “A emergência do Direito Sanitário como um novo campo do Direito”, com o professor da USP Fernando Aith, e “A regulamentação da Emenda Constitucional 29: dificuldades e perspectivas”, com o professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp Nelson Rodrigues dos Santos.

Durante o evento, que será realizado no auditório do Interlegis, será lançado o Observatório da Saúde no Legislativo, um site para acompanhar os projetos sobre saúde em tramitação no Congresso.

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem de representantes da Legião Brasileira da Boa Vontade (LBV) um kit de material pedagógico semelhante ao que está sendo distribuído, pela instituição, a 12 mil crianças de famílias de baixa renda. De acordo com o diretor executivo da LBV, Silmar de Almeida, Sarney sempre apoiou as iniciativas da entidade. A entrega de kits faz parte da edição de 2011 da campanha Criança nota 10 – sem educação não há futuro! Os conjuntos de material são compostos de acordo com a faixa etária do estudante.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão é destinada a discursos

9h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Acir Gurgacz (PDT-RO), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Reforma da Defesa Civil já tem comissão própria

Por iniciativa do senador Jorge Viana (PT-AC), o Plenário aprovou a criação de uma comissão temporária que vai analisar alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e propor a constituição de uma força nacional de defesa civil para atuar em situações de catástrofes e desastres naturais.

A comissão temporária será composta de 11 membros titulares e 11 suplentes, assegurada a participação de dois membros de cada região do país, com prazo de funcionamento de 90 dias. Caberá à comissão requerer informações, realizar audiências públicas e diligências externas, especialmente em Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro, onde ocorreram tragédias de grandes proporções.

Segundo Jorge Viana, o objetivo da comissão é identificar os fatores limitantes da atuação da Defesa Civil no Brasil. Para tanto, é preciso entender como o sistema está estruturado, quais os meios de que dispõe para enfrentar situações de emergência e de calamidade pública e qual a eficácia das ações (em especial de prevenção), entre outras questões. Também é imprescindível pesquisar problemas e soluções locais para que as experiências regionais sejam compartilhadas.



Jorge Viana é o autor da proposta de criar a comissão temporária

Adiada decisão de fortalecer ação da Defesa Civil

O Plenário decidiu adiar a discussão e votação do projeto de lei da Câmara (PLC 52/08) que estabelece que os órgãos competentes da Defesa Civil poderão requerer às pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas sobre procedimentos potencialmente causadores de risco. Pelo projeto, as autoridades poderiam realizar vistorias, testes e medições para a obtenção de dados necessários ao planejamento de ações de defesa civil.

Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) argumentaram que o tema é complexo, daí a existência de dezenas de projetos tramitando no Congresso sobre o assunto, e que a discussão deveria ser aprofundada. Inácio Arruda chegou a sugerir que os projetos relativos ao tema sejam reunidos e votados em conjunto. Ele e Lindbergh ressaltaram que o Sistema Nacional de Defesa Civil precisa de uma reformulação abrangente.



Dornelles dirige reunião sobre reforma política: fim da reeleição, mandato de cinco anos e voto obrigatório

Comissão aprova cinco anos de mandato, sem reeleição

Nova regra, a ser incluída na proposta da Comissão de Reforma Política, valerá para prefeitos, governadores e presidente da República; voto continuaria sendo obrigatório

A COMISSÃO DE Reforma Política decidiu ontem manter o voto obrigatório e propor o fim da reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República, com o aumento do mandato para cinco anos.

Os cinco anos de mandato sem reeleição foram aprovados com apenas um voto contrário, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para ele, "quanto mais eleição, melhor", e se o eleitor estiver feliz, deve ter a opção de reconduzir o governante.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC), por sua vez, disse que concordaria com a reeleição se o governante fosse obrigado a deixar o cargo para

concorrer.

Sobre o voto obrigatório, venceu a tese de que, com o voto facultativo, o número de eleitores cairá muito, assim como a legitimidade dos eleitos. Para o senador Aécio Neves (PSDB-MG), ainda é cedo para o Brasil adotar essa mudança.

– Corremos o risco de ter governantes eleitos por uma minoria, muitas vezes inexpressiva, o que, em momentos de maior confronto, pode se tornar motivo de instabilidade.

Apenas três dos 15 membros defenderam o voto facultativo: Demóstenes Torres (DEM-GO), Itamar Franco (PPS-MG) e Francisco Dornelles (PP-RJ), presidente da comissão. De-

móstenes argumentou que, mesmo obrigado, o eleitor só vota se quiser, já que a multa imposta como penalidade é irrisória e o juiz eleitoral quase sempre isenta o eleitor ausente do pagamento.

– Também não acredito nessa história de politização, pois o estado de São Paulo, considerado o mais politizado do país, elegeu o Tiririca – afirmou.

Itamar alegou se tratar do direito de liberdade de expressão e sugeriu uma consulta popular nas próximas eleições sobre o assunto. Já Dornelles disse acreditar que o voto obrigatório e o proporcional são os maiores responsáveis pelas distorções do sistema político brasileiro.



José Sarney recebe membros da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política com Participação Popular

Sarney considera positiva criação de frente

A Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política com Participação Popular será instalada no próximo dia 23, às 14h, no auditório da Câmara dos Deputados. Ao ser convidado por um grupo de parlamentares e entidades da sociedade civil para participar da solenidade, o presidente do Senado, José Sarney, considerou positiva a criação da frente, mas disse que o melhor momento para abrir a discussão com a sociedade seria

após os trabalhos das comissões do Senado e da Câmara.

– É muito importante para o país fazer uma reflexão grande sobre isso [a reforma política]. Hoje se movimentam o Senado, a Câmara, a frente e todos querendo participar para encontrar um terreno comum em que se possa fazer a reforma política.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) explicou que o objetivo da frente mista é trabalhar pela ampliação dos

instrumentos de participação popular, incentivando, por exemplo, projetos de iniciativa popular como o que deu origem à Lei da Ficha Limpa.

– A frente não existe para se contrapor às comissões da Câmara e do Senado. A frente existe para debater com profundidade os sistemas político e eleitoral do país e apresentar contribuições a essas comissões e aos Plenários da Câmara e do Senado – explicou.

Vital do Rêgo quer mudança no voto proporcional

Vital do Rêgo (PMDB-PB) assinalou a realização da primeira reunião da Comissão de Reforma Política, na terça-feira, e disse acreditar que o Senado poderá oferecer um modelo de representação mais aproximado do que realmente deseja a população.

O senador mencionou temas que devem ser discutidos pela comissão, como o voto proporcional. Vital do Rêgo é favorável a mudança nessa área, para evitar que as eleições sejam atreladas à existência do "puxador de votos".

Ele disse que o fortalecimento dos partidos é um dos eixos de qualquer proposta séria de reforma política e mencionou ainda, entre os temas da reforma política a serem discutidos, a suplência dos senadores. O anteprojeto de reforma política que está sendo discutido deve ser finalizado até o dia 5 de abril.

O senador comentou ainda que há uma indignação generalizada entre os senadores em torno das medidas provisórias, que costumam chegar à análise dos senadores com o prazo de validade quase ou já vencido, por permanecerem muito tempo em exame na Câmara dos Deputados. Ele assinalou que a prática retira do Senado o direito constitucional de ser Casa revisora, já que ela o teria transformado em apenas uma "Casa referendaria".

Vital do Rêgo elogiou a postura de "insubordinação política" do Plenário do Senado, que decidiu não aprovar o projeto de lei de conversão (PLV 4/11) originário da medida provisória (MP 507/10) que regulamentava a punição a servidores que injustificadamente quebrarem o sigilo fiscal de cidadãos.



Vital do Rêgo: reforma pode oferecer novo modelo de representação

Presidente da CNI defende prioridade para reforma tributária

O presidente do Senado, José Sarney, foi convidado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, para a cerimônia de lançamento da 16ª edição da Agenda Legislativa da Indústria, que será realizada no dia 29 de abril, na sede da entidade. De acordo com Andrade,

entre os mais de cem projetos que constam na agenda, o mais importante para o setor produtivo este ano é a aprovação de uma reforma tributária que permita desonerar os investimentos, as exportações e a folha de pagamento das empresas.

Para o presidente da CNI, apesar do desejo da sociedade de

que seja realizada uma reforma ampla, é necessária a aprovação urgente de mudanças no atual regime tributário.

– Espero que a reforma tributária ganhe espaço ainda este ano. Talvez essa discussão seja muito longa e complexa, mas uma reforma, mesmo que seja feita por partes, já seria muito

adequada – defendeu.

Além da reforma tributária, o presidente da CNI explicou que as 27 federações e as 53 associações setoriais da indústria destacaram, durante a elaboração do documento, outras 19 questões prioritárias para o setor no Legislativo, "importantes para o país continuar crescendo".

Comissão de Infraestrutura irá integrar audiência pública sobre o programa nuclear brasileiro e pretende debater com especialistas e dirigentes da área; maior preocupação é com o clima da região onde estão as usinas brasileiras

CI aprova pauta de discussões sobre uso de energia nuclear no Brasil

EM SUA PRIMEIRA reunião do ano, realizada ontem, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou requerimento para que o colegiado participe da audiência que será realizada na próxima quarta-feira, quando será discutido o programa nuclear brasileiro. Essa audiência será conjunta com as comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

A CI também discutiu a possibilidade de realizar duas outras audiências a fim de ouvir especialistas sobre as usinas atômicas brasileiras. A primeira seria somente com técnicos e a segunda, com dirigentes da área. Lindbergh Farias (PT-RJ) sugeriu a visita de um grupo de senadores à Eletrobras Term nuclear no dia 25 deste mês, com o objetivo de conhecer o funcionamento do sistema



Lúcia Vânia (E) preside a reunião da CI ao lado de Blairo Maggi. Colegiado discutirá o tema da energia nuclear no Brasil

nuclear brasileiro.

– O que me assusta é a nossa fragilidade em questão de defesa civil. No ano passado, Angra ficou vários períodos totalmente ilhada devido às chuvas. Não temos um programa bem

elaborado de emergência em questão de evacuação, justificou Lindbergh.

Eduardo Braga (PMDB-AM) lembrou que a situação de Angra é preocupante porque aquela região é sempre uma das

mais atingidas por fatores climáticos. Já Lobão Filho (PMDB-MA) observou que o Brasil não está adequadamente prevenido para enfrentar acidentes naturais graves, como o que ocorreu no Japão.

CI elege Lúcia Vânia presidente. Maggi é o vice

Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Blairo Maggi (PR-MT) foram eleitos ontem, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para o biênio 2011/2012.

A senadora anunciou que pretende discutir o Plano Nacional de Viação.

– O sistema nacional de viação recebeu vetos que o prejudicaram muito e nós ficamos num limbo e temos que resolver esse imbróglio – explicou.

Já Blairo Maggi enfatizou a relevância da CI para o crescimento econômico.

Na próxima quarta-feira, a CI integrará audiência pública conjunta sobre o programa nuclear brasileiro.

Delcídio: caso do Japão não pode condenar programa brasileiro

Os programas nucleares de várias nações não podem ser simplesmente condenados em virtude do acidente ocorrido na usina nuclear de Fukushima, no Japão, em consequência do terremoto que atingiu o país, disse Delcídio Amaral (PT-MS).

– Nós temos que aprender a lição, mas não podemos radicalizar; temos que ter equilíbrio na avaliação dessas questões. O momento é de preocupação mas, acima de tudo, de aprendizado, de entendimento das falhas, não só operacionais, mas também as falhas de gestão.

Delcídio informou que as tecnologias utilizadas nas usinas nucleares brasileiras Angra 1 e Angra 2 são diferentes da tecnologia da usina de Fukushima. As brasileiras são mais seguras, por não dependerem de energia elétrica para o

resfriamento do reator.

As usinas nucleares brasileiras, acrescentou, têm plano de emergência externa com dezenas de rotinas de segurança, como sistema de alerta sonoro e por meio de rádios e TVs locais; campanhas permanentes de esclarecimento à população e exercícios periódicos de simulação de emergência.

– Esses tristes acontecimentos ocorridos no Japão merecem uma reflexão intensa nossa, uma reflexão também do nosso programa nuclear. Mas não radicalizando em função do que aconteceu, não partindo para comportamentos ou leituras que não correspondem à realidade que nós vivemos hoje, não só sob o ponto de vista geológico no Brasil, mas sob o ponto de vista tecnológico das usinas e das providências especialmente



Delcídio Amaral aponta que usinas do país usam tecnologia diferente

voltadas a essas emergências.

Lindbergh Farias (PT-RJ), por sua vez, avalia que os sistemas de prevenção e de defesa civil do Brasil ainda são muito frágeis e defende a criação de uma comissão externa de senadores para analisar a condição das usinas nucleares nacionais.

CRE aprova voto de solidariedade ao povo japonês por tragédia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou voto de solidariedade ao governo e ao povo do Japão, aos brasileiros residentes no país e a seus familiares no Brasil. Apresentado pelos senadores Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão, e Raulo Rodrigues (PSOL-AP), o texto

ressalta a ameaça de desastre nuclear enfrentada pelo Japão e as terríveis consequências do terremoto e do tsunami ocorridos naquele país.

Collor lamentou que o número de vítimas venha aumentando e classificou os eventos como a “maior tragédia desde a 2ª Guerra Mundial”.

– Esperamos que os nacionais residentes no Japão e os seus familiares no Brasil possam receber todo o apoio necessário, inclusive para o regresso dos que desejarem – afirmou Collor.

A comissão aprovou ainda a realização de quatro ciclos de debates sobre o atual panorama global: “Geopolítica e relações

internacionais”, de 11 de abril a 6 de junho; “Economia e finanças”, de 8 de agosto a 19 de setembro; “Defesa nacional”, que se estenderá de 3 de outubro a 7 de novembro; e “Temas da agenda internacional”, que ocorrerá de 12 a 26 de março de 2012. O quinto e último, intitulado “Papel das instituições e conclusões”, será realizado entre 9 e 23 de abril de 2012. Ao total, serão 25 painéis, sempre realizados às 18h, nas segundas-feiras.

Funcionamento

Também foram aprovados três atos que disciplinam o funcionamento da CRE, incluídos o processo de aprovação de nomes de embaixadores, datas e horários das reuniões e realização de audiências públicas. Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi a relatora e incluiu diversas emendas sugeridas pelos senadores.



Presidente da comissão, Fernando Collor, anuncia realização de quatro ciclos de análises sobre o cenário mundial

Aloysio Nunes questiona plano de banda larga

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), proposto pelo Ministério



Aloysio Nunes

das Comunicações, cujo objetivo é massificar, até 2014, a oferta de acessos à internet de alta velocidade.

– Há pacotes oferecidos pela NET, por exemplo, que incluem banda larga a um preço mais competitivo que o preço que o governo oferece.

Aloysio cobrou do governo a concessão de compensações para que as telefônicas possam levar a banda larga a regiões onde elas não teriam interesse econômico em operar.

Ângela comemora internet rápida para Roraima

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a inclusão do estado de Roraima no Plano Nacional de Banda Larga,



Ângela Portela

anunciada no Senado pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

– A revisão do Plano Nacional de Banda Larga, com o objetivo de incluir o estado de Roraima, representará um salto na qualidade da informação e do acesso ao conhecimento para a população do nosso estado – disse.

A decisão do ministro é fruto das reivindicações de senadores da região Norte, afirmou Ângela Portela.

Flexa: Brasil precisa repensar energia nuclear

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a necessidade de o Brasil repensar o investimento na usina nuclear de Angra 3 e apontou que o país tem muitas opções de geração de energia limpa, como as hidrelétricas e as captações eólica e solar. A ameaça de desastre nuclear na usina de Fukushima, no Japão, justifica essa postura, afirmou.



Flexa Ribeiro

– As energias nucleares geram apenas 2,5% da nossa eletricidade. Para que precisamos disso? Para quê? Temos um potencial já levantado de geração hídrica maior que todo potencial instalado no país – disse o senador.

Visita de Obama mostra prestígio do Brasil, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, neste final de semana, demonstra o prestígio que goza o Brasil atualmente no cenário internacional.

– O fato de visitar o Brasil e vir fazer um pronunciamento destinado a estabelecer uma política dos EUA em relação à América Latina é uma etapa que mostra também o prestígio do nosso país – avaliou Sarney.

Para o senador, a visita é, sobretudo, “simbólica” e não deve representar mudanças significativas nas relações bilaterais.

– Não acredito que haja resultados imediatos ou que haja qualquer mudança fundamental na política do Brasil com os EUA. Estamos já em uma relação madura, boa e estabilizada.

Sarney participará, amanhã, do almoço para Obama, no Itamaraty.

VISITA DE OBAMA INTERDITA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Em razão da visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a Brasília, amanhã, a Esplanada dos Ministérios será interditada durante todo o dia. A informação foi divulgada ontem pela Polícia do Senado Federal.

A presença de Obama na Esplanada impedirá as visitas ao Congresso Nacional. Os servidores do Senado que necessitarem cumprir alguma tarefa na Casa deverão entrar pela portaria voltada para a via N2, onde estão localizados os anexos dos ministérios.



Vista aérea do Porto de Suape, em Pernambuco: atualmente, o transporte marítimo representa quase 80% do comércio brasileiro feito através de contêineres

Aprovado acordo que amplia comércio marítimo entre Brasil e Estados Unidos

Ato celebrado em setembro de 2005 tem por objetivo ampliar o volume da movimentação de cargas do Brasil para aquele país, além de aumentar a competitividade desse comércio para empresas transportadoras das duas nações

ÀS VÉSPERAS DA visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao Brasil, os senadores aprovaram ontem projeto de decreto legislativo que ratifica o acordo sobre transporte marítimo celebrado entre Brasil e Estados Unidos em setembro de 2005. O acordo tem por objetivo ampliar o volume do comércio de cargas exportadas para aquele país. A proposta vai à promulgação.

Além de ampliar o fluxo do comércio marítimo, o ato internacional visa aumentar a competitividade desse comércio para os transportadores de bandeira nacional de ambas as partes.

Atualmente, a via marítima representa quase 80% do comércio brasileiro feito em contêineres, segundo o Centro Nacional de

Navegação (Centronave), que representa 31 empresas do segmento de contêineres.

Segundo informações do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que assinou a mensagem enviada ao Senado, dados de 2004 revelaram que, do total de US\$ 20 bilhões exportados pelo Brasil aos EUA, US\$ 15 bilhões (equivalentes a 30 milhões de toneladas) foram pela via marítima, ou seja, 75%. Já do total de US\$ 11 bilhões importados dos EUA pelo Brasil, US\$ 6 bilhões (12 milhões de toneladas, equivalentes a 54% do total) vieram pelo mar.

“Perseguir um tráfego marítimo livre e aberto, por meio de medidas administrativas e legislativas, mostra-se, portanto, da maior importância”, afirma

Amorim na mensagem.

Barack Obama

Ao anunciar que o DEM votaria favoravelmente à proposta (PDS 29/10), o senador José Agripino (DEM-RN) ressaltou que a aprovação do acordo com os EUA era uma pequena homenagem do Senado Federal ao presidente Barack Obama, devido à sua primeira visita ao Brasil. Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Walter Pinheiro (PT-BA), Ana Amélia (PP-RS), Mozaildo Cavalcanti (PTB-RR), Magno Malta (PR-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR) também comunicaram que seus partidos votariam pela aprovação.

Na parte da manhã, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) já havia

aprovado o parecer da relatora Gleisi Hoffmann (PT-PR), favorável à proposta.

Nos debates na comissão, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) observou que a Câmara demorou quatro anos para votar o acordo. A seu ver, a demora na aprovação de acordos internacionais causa “grande descrédito” ao Brasil. Por isso, ele sugeriu que se procurem maneiras de agilizar a tramitação dessas proposições. Luiz Henrique contou com o apoio de Aníbal Diniz (PT-AC), Ana Amélia e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou a ocasião para pedir a “companheiros do PT” que não boicotem o discurso que Barack Obama fará neste domingo, no Rio de Janeiro.



Senadora pede liberação de prisioneiros

Vanessa reforça pedido de fim do embargo a Cuba

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se solidarizou com a mensagem da Associação Nacional de Cubanos Residentes do Brasil José Martí pedindo ao presidente dos EUA, Barack Obama, o fim do embargo comercial a Cuba e a libertação de cinco prisioneiros originários da ilha.

Obama visitará Brasília e o Rio de Janeiro neste fim de semana. A senadora, que integra o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, leu a mensagem dos cubanos em Plenário e lamentou ausência de mudança na política norte-americana relacionada a Cuba na gestão do presidente.

Vanessa lembrou que a Câmara já aprovou moção pelo fim do bloqueio e a libertação dos prisioneiros,

– A reivindicação deles [cubanos residentes no Brasil] é a reivindicação também do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba.

Cyro Miranda: Obama vem em bom momento

Cyro Miranda (PSDB-GO) fez uma retrospectiva das visitas de presidentes dos Estados Unidos ao Brasil desde a década de 1990 e disse que a visita do presidente Barack Obama, neste fim de semana, acontece num momento bastante interessante para o país no cenário mundial.

– Na minha avaliação, nossa posição no mundo hoje é a mais favorável, a mais positiva e a mais promissora dos últimos 60 anos – disse.

Graças à redemocratização e à estabilidade econômica, o mundo vê no Brasil não somente uma democracia consolidada, mas também um país de imigração e de investimentos, um polo de desenvolvimento de interesse mundial, junto com a Rússia, Índia, China e África do Sul.

– O presidente Barack Obama sabe muito bem disso – acrescentou.



Posição do país é promissora, diz Cyro



Senador lembra biografia de Obama

Suplicy quer evitar protestos durante a visita de Obama

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem em Plenário a colegas de partido e sindicalistas para que não protestem durante a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao Rio de Janeiro.

Segundo o jornal *O Globo*, 150 sindicalistas e representantes de movimentos sociais se reuniram para organizar protestos. Para Suplicy, a história do presidente americano justificaria uma postura mais tolerante.

O senador não descartou a possibilidade de que Obama anuncie a suspensão do bloqueio econômico a Cuba ou a derrubada dos muros que separam o México dos EUA.

– Eu tenho a convicção de que devemos dar as boas-vindas ao presidente Obama. É importante que possamos acabar com muros entre os que têm muito e os que pouco têm – disse.

Marta pede que divergências sejam deixadas de lado

Marta Suplicy (PT-SP) pediu que divergências que alguns tenham com os Estados Unidos sejam deixadas de lado durante a visita de Obama. Ela lamentou que a programação do presidente norte-americano “pareça incomodar parte da imprensa, entidades representativas e também algumas lideranças políticas, inclusive do PT”.

O Brasil, disse a senadora, tem dado mostras de sua soberania, sobretudo no governo Lula, e a chegada de Obama, pelo que ele representa para milhões de pessoas negras no Brasil e no mundo e pelo seu discurso diferenciado para a América do Norte, torna a visita também muito especial para os brasileiros. Marta salientou ainda que a presidente Dilma Rousseff garantiu que o Brasil pretende manter parcerias estratégicas com vários países, inclusive com os EUA.



Senadora destaca relevância da visita



É o que os países esperam, diz senador

João Pedro destaca liderança brasileira na América Latina

Ao assinalar que o Brasil conquistou *status* de liderança econômica na América Latina por respeitar a soberania dos demais países, João Pedro (PT-AM) disse que o presidente dos EUA deve incluir temas de interesse do Brasil em sua visita.

– A vinda de um presidente norte-americano ao Brasil guarda expectativas e tem grande simbolismo na relação social, política e econômica dos Estados Unidos com a América Latina – disse João Pedro, para quem Obama deve assumir “postura mais humana e respeitosa” em relação à América Latina. A eleição de Obama foi diferenciada, assinalou, mas, após dois anos de governo, promessas e bandeiras talvez “tenham sido esquecidas por conta da hegemonia militar e da política externa americana de tentar controlar o mundo com sua presença militar”.

Humberto Costa comemora crescimento de Pernambuco



Humberto Costa

O senador Humberto Costa (PT-PE) apresentou ontem em Plenário dados sobre a economia pernambucana comprovando que seu estado vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos.

De acordo com ele, em 2010, o crescimento do produto interno bruto (PIB) de Pernambuco alcançou 9,3%.

– Este cenário tão positivo em Pernambuco é fruto de uma política econômica e social que vem dando certo. Desde o início do governo Lula, houve inversão de prioridades e o Nordeste, tão esquecido por gestões anteriores, teve o destaque que merecia – disse o senador.

Casildo Maldaner defende instalação de refinaria em SC



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu em discurso ontem a instalação em Santa Catarina de uma refinaria capaz de processar derivados de petróleo como diesel, querosene de aviação e gás de cozinha, atualmente importados, além de

petróleo de melhor qualidade, de maior interesse para o mercado europeu. O senador afirmou que o estado reúne condições ideais para receber a refinaria, dispondo de técnicos e engenheiros capacitados, litoral que se estende por 500 quilômetros para a instalação da refinaria e infraestrutura logística.

Gurgacz pede união de bancadas pela duplicação da BR-364

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu em Plenário quarta-feira a união das bancadas de Rondônia, Acre, Roraima, Amazonas, Mato Grosso e demais estados que usam a BR-364 em favor da duplicação da estrada. Segundo Gurgacz, a rodovia tem importância fundamental para esses estados e para o país, uma vez que garantirá o acesso por terra ao Pacífico quando estiver construída a ponte sobre os rios Madeira e Abunã.

A rodovia BR-364 começa em São Paulo e passa por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde acaba na cidade de Rodrigues Alves, no extremo oeste do estado. Segundo Gurgacz, a rodovia está sobrecarregada, o que coloca em risco a vida dos motoristas.

Conforme senador, reportagem mostra imagem distorcida da emissora, que exerce um papel fundamental na divulgação das atividades da Casa

Mozarildo contesta críticas da revista Isto É à TV Senado

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) contestou da tribuna reportagem publicada pela revista *Isto É* sobre a TV Senado, e que, segundo o senador, mostra uma “imagem distorcida” da emissora.

O parlamentar afirmou que, contrariamente ao que sugere a reportagem, a TV Senado exerce papel fundamental na divulgação do trabalho dos senadores em Plenário e nas comissões.

Desde 1996, disse, a emissora tem contribuído para informar o cidadão sobre as ideias defendidas pelos parlamentares e os projetos apresentados por eles, utilizando praticamente toda a sua grade de programação para esse fim.

Mozarildo disse que a revista faz uma comparação inadequada da produção e dos custos da TV Senado com aqueles da TV Globo. O senador explicou que os



Mozarildo: canal prioriza informação

objetivos da TV Senado, de levar a informação legislativa a um número cada vez maior de cidadãos, diferem dos das emissoras privadas, que priorizam a busca de mercado, de lucro.

– Não se compara o trabalho da TV Senado com o produzido pela TV Globo; não guarda nenhuma similitude. Além disso, a TV Senado é responsável pela produção de mais de 90% do que leva ao ar nas 24 horas do dia, enquanto a TV Globo de Brasília, por exemplo, produz pouco mais de duas horas diárias de programação jornalística – comparou.

Quanto ao custo anual da TV Senado, de R\$ 40 milhões, que segundo a *Isto É* teria crescido entre 2005 e 2009, Mozarildo disse que o autor da matéria se esqueceu de reportar o aumento da produção legislativa no período.

Wellington pede que governo analise situação de aprovados em concursos

Diante da decisão do governo de suspender a contratação de aprovados em concursos públicos, o senador Wellington Dias (PT-PI) fez ontem um apelo à presidente Dilma Rousseff para que autorize o Ministério do Planejamento, responsável pelo levantamento de informações sobre os concursos já realizados, a estabelecer situações particulares, após uma análise das áreas mais



fragilizadas do governo.

O parlamentar lembrou que o próprio Congresso Nacional, reconhecendo essa necessidade, aprovou, depois da edição pelo governo do decreto que suspendia as contratações, proposta de interesse do próprio Executivo que abriu 500 vagas para médicos e peritos do INSS a serem lotados em 720 agências que estão sendo construídas em todo o Brasil.

Ana Amélia quer providências contra fraudes na aquisição de radares

Ana Amélia (PP-RS) apresentou em Plenário requerimento solicitando realização de auditoria, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em empresas acusadas de cometerem fraudes em licitações para aquisição e instalação de lombadas, radares ou pardais eletrônicos de controle de velocidade nas vias brasileiras. Ela quer que seu requerimento seja



votado na terça-feira

A senadora relatou que, em reportagem exibida pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, no último domingo, o jornalista Giovani Grizotti revela que as fraudes acontecem em diversas etapas do negócio: na realização de estudos técnicos, no direcionamento das licitações, no pagamento de propina a autoridades e na retirada de multas do sistema.

Inácio quer debater aplicação de recursos para mobilidade urbana

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), em discurso ontem, afirmou que a população do Ceará, em especial da capital, Fortaleza, deve discutir a melhor forma de investir na cidade os recursos provenientes da Proposta de Aceleração do Crescimento (PAC) da mobilidade urbana, já que está aberto o prazo para a apresentação de propostas.

Segundo o senador, Fortaleza deve receber investimentos da ordem de R\$ 2,4 bilhões e é necessário um debate amplo para garantir que cada centavo disponível seja investido da melhor forma na capital cearense.



Inácio Arruda

Vital elogia decisão sobre novas normas do Minha Casa, Minha Vida

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), elogiou em discurso ontem o governo federal por sua decisão de estabelecer um período de transição para a validade das novas exigências criadas pela Caixa Econômica Federal para as edificações destinadas ao programa Minha Casa, Minha Vida. O senador lembrou que as novas normas geraram um grande descontentamento.

– Tais inovações, que introduziram mudanças nos critérios de aceitação de imóveis, em particular no que se refere à exigência de pavimentação da rua, causaram grande apreensão entre os empresários da construção civil e mesmo entre os eventuais compradores, público-alvo do programa – afirmou.

Moka relata que governo vai auxiliar produtores rurais de MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que Mato Grosso do Sul precisa de ações firmes e imediatas do governo federal em relação aos prejuízos causados à safra de grãos do estado pelo excesso de chuvas deste ano. Ele disse que obteve sinalizações positivas do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, em recente audiência no ministério com a bancada do estado sobre a questão.

O senador também anunciou que o Banco do Brasil vai elaborar normas para facilitar a renegociação das dívidas dos produtores rurais prejudicados.



Moka

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Paulo Davim • Inácio Arruda • Ângela Portela • Eunício Oliveira • Vital do Rêgo • Sérgio Petecão • Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Acir Gurgacz cobra política de irrigação

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Acir Gurgacz (PDT-RO), criticou a falta de uma política de irrigação para a atividade agrícola. Ele assinalou que projeto de lei que visa implantar essa política foi aprovado pelo Senado em 2005 e até hoje aguarda decisão da Câmara dos Deputados.

Na avaliação de Gurgacz, a aprovação da proposta permitirá a elaboração de mapa estratégico da agricultura irrigada e, assim, ajustar as políticas no setor. Os comentários foram feitos na abertura da audiência pública conjunta sobre uso racional da água, as políticas públicas em relação ao tema e as preocupações com a produção agrícola nacional em razão do aquecimento global

Uso racional

Já o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afirmou ser necessário superar o paradigma de que agricultura e pecuária são incompatíveis com a preservação do meio ambiente. Ele também defendeu uma análise conjunta do projeto de reforma do Código Florestal pela CMA e CRA. É necessário estabelecer um zoneamento agrícola e ambiental para o país e aprovar uma lei eficiente para o pagamento por serviços ambientais, disse. Rollemberg reivindicou ainda maior apoio aos comitês de bacias hidrográficas, a seu ver, fundamentais para a estruturação de uma política de exploração máxima, mas racional, dos recursos hídricos.

Tarifa baixa induz desperdício de água, diz Guillo

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, disse que é preciso mudar o hábito dos brasileiros para melhor utilização da água. Na avaliação dele, o desperdício de água tratada poderá ser evitado com a conscientização e a educação da sociedade quanto à importância do recurso.

Guillo afirmou ainda que o desperdício poderá ser minimizado com a adoção de um sistema tarifário mais eficiente. Para ele, o valor "irrisório da tarifa" aplicado em muitas localidades é o que gera aumento desnecessário do consumo de água, o que, explicou, exige maior investimento em infraestrutura para disponibilizar o recurso à sociedade.

As observações do presidente da ANA foram feitas em resposta às preocupações da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), presidente da Subcomissão Permanente da Água, que integra a CMA.

Além de apontar que o sistema hídrico brasileiro sofrerá impacto financeiro que prejudicará a gestão do setor, Vicente Guillo defendeu a necessidade de manter a proteção às matas ciliares estabelecida pelo atual Código Florestal

Presidente da ANA alerta para riscos de repasse menor para estados

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, alertou os senadores sobre os danos que a aprovação de projeto de lei da Câmara (PLC 315/09) pode causar ao equilíbrio financeiro do sistema hídrico brasileiro. O projeto retira dos estados e repassa aos municípios parcela da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH). Vicente Guillo participou de debate sobre o uso racional da água e seus efeitos sobre a produção agrícola brasileira, promovido pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

– Os municípios pouco ou nada têm aplicado na gestão dos recursos hídricos, enquanto os estados já têm um fundo consolidado para esse fim. Será danosa ao sistema a perda desses recursos – advertiu.

Atualmente, a Lei 8.001/90 estabelece a seguinte distribuição mensal para a compensação financeira: 45% para estados, 45% para municípios, 3% para o Ministério do Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e Energia, e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O projeto retira 20% dos ganhos dos estados – que ficariam com apenas 25% dessa compensação – e os repassa para os municípios, cujo percentual saltaria para 65%.

A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ) será a próxima a examiná-la e indicou como relator o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). A proposta ainda tramitará na CMA e receberá decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Cobrança

Vicente Guillo defendeu ainda a revisão de dispositivos da Lei das Águas (Lei 9.433/97) relativos à cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Como é definido um parâmetro nacional, que desconsidera, portanto, as peculiaridades socioeconômicas regionais, o presidente da ANA observa que isso gera distorções.

– A região que tem maior escassez de água [circunstância que eleva o consumo] é a mais pobre do país [Nordeste]. Mas cobrar mais de uma região mais pobre é uma contradição. Daí a necessidade de

ajustar a lei à complexidade regional brasileira – defendeu.

O projeto de reforma do Código Florestal em tramitação no Congresso também foi mencionado pelo dirigente da ANA. Após informar que a agência já elaborou uma nota técnica sobre o tema, ele destacou a recomendação do estudo de preservação de 30 metros nas áreas de mata ciliar, vegetação típica das margens de rios, igarapés, lagos e represas.

– Os rios não nascem grandes. Se não protegermos os mananciais e as nascentes, vamos comprometer significativamente a qualidade da água desses rios no futuro – alertou.

Projeto deverá ter decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura



Senadores Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz, Vicente Andreu Guillo, presidente da ANA, e Ana Paula Souto Maior, do ISA

Moreira/Mariz/Senado Federal

Desastres ambientais exigem criação de sistemas de alerta

As enchentes e os deslizamentos de encostas são causados pela ocupação desordenada do solo, respondeu Vicente Guillo à senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Em regiões de risco, explicou, devem ser instalados sistemas de alerta para rápida evacuação das pessoas em caso de tragédia iminente. Isso exige qualificação do município, da Defesa Civil e da população.

– Quando acontece o problema, as pessoas seguem quem?

Não temos essa cultura – disse.

O cuidado com os recursos hídricos, disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deve ser uma preocupação suprapartidária. O presidente da ANA concordou, observando que, apesar de as pessoas saberem da importância da água, não "levantam a bandeira" em sua defesa e preservação. Para Pedro Taques (PDT-MT), a água é uma preocupação mundial e, portanto, uma questão geopolítica.

Claudino quer Código Florestal moderno



João Vicente Claudino

João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu que a reforma do Código Florestal tenha tramitação ágil no Senado e con-

temple as peculiaridades de cada estado.

O Piauí, disse, ostenta uma das maiores áreas florestais preservadas e não deveria ser submetido a moratória, que proíbe por cinco anos o corte raso de floresta nativa para a abertura de novas áreas destinadas à agricultura e pecuária. Ele disse esperar que o Congresso dê ao país um Código Florestal moderno, em que a preservação do meio ambiente seja tratada de modo responsável, sem deixar de lado o desenvolvimento sustentável.

Ana Rita pede ajuda para vítimas de enchentes



Ana Rita

Mais de 5,8 mil casas danificadas. Quase 2.500 desabrigados. Famílias que perderam tudo. Cerca de 4 mil desalojados cujas

casas estão em área de risco. Dos 78 municípios do Espírito Santo, 25 foram afetados e 14 já decretaram situação de emergência. Ao divulgar esses números dos estragos provocados pelas chuvas no seu estado, a senadora Ana Rita (PT-ES) pediu ajuda para as vítimas das intempéries também no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

– Precisamos enviar auxílio para essas famílias brasileiras que também perderam tudo – afirmou a senadora.

Projeto de Gleisi estende Funcap a agricultor familiar



Gleisi Hoffmann

Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou ontem em Plenário a apresentação de projeto de lei que prevê o atendimento de agri-

cultores familiares pelo Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). O fundo custeia ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres.

Segundo Gleisi, nos deslizamentos de encostas em áreas agrícolas, a lama frequentemente destrói não só as lavouras implantadas, mas toda a camada do solo já fertilizada. Nesses casos, a recuperação, além de se dar no longo prazo, na maioria das vezes depende de recursos não disponíveis pelos agricultores.

Walter Pinheiro sugere política de prevenção



Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu que o Senado discuta as matrizes energéticas brasileiras e reclamou a criação de

um plano de contingência para prevenção de desastres.

A tragédia no Japão mostra a necessidade de o Brasil estar preparado para lidar com emergências semelhantes.

– É necessária a consolidação de planos de contingência – defendeu.

Quanto à criação de uma comissão para visitar as usinas Angra 1 e 2, o senador reconheceu sua importância, mas disse que é preciso cautela para que o acidente no Japão não leve a atitudes precipitadas.

Maria do Rosário defende o projeto que cria a Comissão da Verdade para examinar e esclarecer violações de direitos humanos pelo governo militar

Ministra quer buscar esclarecimentos sobre desaparecidos durante a ditadura

O ESCLARECIMENTO DAS circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos de pessoas na ditadura militar e o destino dos corpos não é uma questão do Executivo ou do Legislativo, mas da nação, defendeu a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Maria do Rosário observou que, em 1995, com a Lei 9.140, o Estado brasileiro assumiu responsabilidade por vários casos de torturas, desaparecimentos

e mortes ocorridos entre 1964 e 1985. No entanto, segundo ela, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à secretaria, não tem instrumentos para oferecer às famílias informações sobre o que ocorreu no período. A ministra citou o caso do ex-deputado Rubens Paiva, retirado de sua casa por agentes das forças de segurança, em 1971, e desaparecido desde então.

– A nação, que recebeu de Rubens Paiva sua dignidade de homem honrado, recebe hoje o pedido de seus netos para saber

o que houve com ele – disse.

Ela pediu aos parlamentares que promovam, no ritmo que acharem possível, esse “encontro” da nação com a verdade, aprovando o projeto de lei apresentado pelo Executivo que cria a Comissão da Verdade. A proposta, que tramita na Câmara como PL 7673/10, objetiva esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura.

Maria do Rosário disse que mais de 40 países realizaram comissões da verdade, e citou

como referência a África do Sul, onde o então presidente Nelson Mandela transformou a comissão da verdade, em 1994, num instrumento para dar ao país o caráter de nação democrática e multirracial que ostenta hoje.

No Brasil, não seria diferente, pela cultura de paz e de respeito à democracia predominante nas instituições. As Forças Armadas, acrescentou, são hoje vocacionadas para a democracia.

Sem vingança

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que “o Brasil deseja esclarecimento, não vingança”. O senador disse que não se pretende fazer no Brasil o que aconteceu na Argentina que, em 22 de dezembro de 2010, condenou o ex-ditador Jorge Videla, de 85 anos, à prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade durante o período em que esteve à frente da ditadura militar.

– Muitos generais brasileiros já morreram – acrescentou.

De acordo com Simon, enterrar os mortos faz parte de um processo civilizatório e é um direito que não se deve negar a ninguém. Mães que não enterram seus filhos, observou o senador, “vivem a angústia e a dor de não saber o que aconteceu com eles”.

Subcomissão vai analisar combate à pobreza no país

Uma subcomissão de cinco senadores deve analisar, no prazo de seis meses, propostas legislativas relacionados às questões da pobreza, da exclusão social e do exercício de direitos humanos fundamentais pelas populações menos favorecidas.

Proposta por Wellington Dias (PT-PI), a criação da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A comissão acolheu também requerimento de seu presidente, Paulo Paim (PT-RS), para realização de audiência pública sobre as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria.

São ainda de autoria de Paim requerimentos para realização de várias outras audiências, destinadas a debater temas como disseminação das drogas na juventude, usinas nucleares, acidentes de trânsito, Estatuto da Igualdade Racial e crise na Líbia.

Foi aprovado também requerimento de Sérgio Petecão (PMN-AC) convidando a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, para uma audiência pública. Petecão quer conhecer as ações do governo federal no combate à violência contra a mulher.

A pedido de Aníbal Diniz (PT-AC), a comissão aprovou audiência para discutir ameaças a juízes federais por parte de organizações criminosas. Devem ser debatidos ainda pleitos da categoria.

Por sugestão da senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a CDH deve fazer diligência na cidade de Altamira (PA) para ouvir índios.



Maria do Rosário (E), Paulo Paim, João Alberto Souza e Marta Suplicy, ontem, durante audiência na CDH

Recursos do combate ao trabalho infantil foram transferidos

Sem mencionar valores, a ministra Maria do Rosário confirmou o remanejamento de recursos destinados ao combate do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes para o programa Bolsa Família. Para a ministra, “a medida não representa corte, mas um modo diferente de enfrentar os problemas: por meio de rede de programas, não apenas ações específicas”.

– A erradicação da pobreza extrema, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, é a meta fundamental para a proteção das crianças no contexto de suas famílias e das comunidades – assinalou.

Marinor Brito (PSOL-PA) disse ter sido informada de que, no contexto dos recentes ajustes no orçamento, cerca de R\$ 340 milhões estariam sendo remanejados. “É descobrir um santo

para cobrir outro”, afirmou.

– Entre as questões que geram violência, estão a desestruturação familiar, a falta de vínculos, de alimento, de saúde, de educação. Mas isso tem de andar paralelo às redes de proteção. O combate ao trabalho infantil é essencial – disse a senadora.

Maria do Rosário respondeu que o foco das atenções deve recair mais sobre os resultados das políticas do que sobre os recursos

a elas destinado, e pediu para ser cobrada a cada ano sobre as metas atingidas na proteção a criança e ao adolescente.

Wellington Dias (PT-PI) sugeriu que a questão da dependência química seja tratada como tema de direitos humanos.

– Apenas há 15 anos a Organização Mundial da Saúde reconheceu que essa é uma questão de saúde. Antes, era vista apenas pela ótica do crime – disse.

Dornelles pede desoneração para aumento de empregos



Francisco Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu quarta-feira a redução do peso dos encargos patronais sobre a folha salarial, com o argumento de que a medida seria eficaz para fomentar a geração de emprego no país.

O senador disse, entretanto, que a desoneração precisa ser feita de forma cuidadosa e seletiva, para que essa renúncia fiscal não prejudique as contas públicas.

Dornelles sugeriu que a redução da alíquota da contribuição patronal seja realizada primeiramente nos setores mais expostos à concorrência internacional e cuja folha salarial tenha peso significativo na formação de custos e preços. Ele afirmou que esse seria o caso dos produtores nacionais de calçados, têxteis, brinquedos e móveis, entre outros.

– Desonerar seletivamente os encargos patronais das indústrias expostas a maior concorrência externa é um caminho urgente para proteger a produção nacional, preservar e gerar emprego e que, ao mesmo tempo, atenta para o equilíbrio fiscal.

Davim defende isenção de imposto a portador de LAM



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) anunciou em Plenário dois projetos de lei propondo isenção de imposto de renda e concessão de aposentadoria às portadoras de linfangioleiomiomatose (LAM). A doença rara, que afeta geralmente apenas mulheres, caracteriza-se pela presença de um tipo

de célula que invade o tecido dos pulmões e, com o tempo, causam sua obstrução.

– Entendo o problema da Previdência Social, mas se trata de uma doença de caráter grave e progressivo. Sua raridade limita as portadoras de LAM, no Brasil, a um contingente de 350 mulheres, de acordo com a Associação LAM do Brasil (Alambra). É justo e plausível que o governo federal conceda aposentadoria a essas mulheres que padecem sendo obrigadas a carregar atrás de si uma bala de oxigênio, porque não conseguem respirar o ar ambiente – defendeu Paulo Davim.

O primeiro projeto foi apresentado ontem, e o segundo está sob análise na Consultoria Legislativa.

Alvaro comemora sanção de projeto que altera a Lei Pelé



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou ontem, em discurso, a sanção, pelo presidente Dilma Rousseff, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/11, que amplia o Bolsa Atleta e altera a legislação do desporto no país, a chamada Lei Pelé.

Relator da matéria no Senado, Alvaro acrescentou ao texto emenda que garante à Confederação Brasileira de Clubes, para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, um sexto dos recursos destinados ao Ministério do Esporte e provenientes, por exemplo, de prêmios e concursos da Loteria Federal.

Outras emendas destacadas pelo senador foram a que proporciona aos profissionais credenciados pelas associações de cronistas esportivos o acesso a praças, estádios e ginásios desportivos em todo o território nacional; e a que retira a cobrança sobre as emissoras de rádio do direito de arena para transmissão de eventos esportivos no país, como os campeonatos estaduais e o Brasileiro.